

RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO	Página
1. Identificação	03
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos: 2.1. Desempenho operacional (vinculações das realizações das unidades com o plano plurianual) 2.2. Evolução de gastos gerais	04 a 38
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	39
4. Restos a pagar de exercícios anteriores	40
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício	41
6. Previdência complementar patrocinada	42
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	43
8. Renúncia tributária	44
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	45
10. Operações de fundos	46
11. Despesas com cartão de crédito	47 a 48
12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno	49
13. Determinações e recomendações do TCU	50
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.	51
15. Dispensa de instauração de TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	52
16. Informações sobre a composição de recursos humanos	53 a 54
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	55 a 59
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.	60

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia – SR/DPF/BA	
CNPJ	00.394.494/0022-60	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Avenida Engenheiro Oscar Pontes, n.º 339, Água de Meninos, Salvador – BA, CEP 40.460-130. Tel: (71) 3319-6000.	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.dpf.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: A Superintendência Regional do DPF na Bahia foi criada através do Decreto n.º 70.665, de 02 de junho de 1972, que alterou a estrutura do Departamento de Polícia Federal.</p> <p>Atribuições e Competências: Art. 144 da Constituição Federal.</p> <p>Portaria n.º 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU N.º 198, DE 16/10/2006.</p> <p>Estrutura: Decreto n.º 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16/03/2007.</p>	
Código da UJ titular do relatório	2000033 (Superintendência Regional na Bahia)	
Códigos das UJ abrangidas	200034 (Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA)	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Policial	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome – SR/DPF/BA	Código
	Primária	200033
	Tesouro	200346
	Funapol	200347
	Nome - DPF.B/ILHÉUS/BA	Código
Primária	200034	
Tesouto	200348	
Funapol	200349	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, apresentadas a seguir, podemos concluir que o papel desta Unidade Descentralizada consolidada nesse relatório é dar cumprimento a missão da Instituição.

2.1.1. Normas de Atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);

- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-Lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº. 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, causem prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

2.1.1.1. PAPEL DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1. **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro. (Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro)).
2. **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros. (Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM))

3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros. (Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995)

4) Controle de Precursores Químicos: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos. (Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001)

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial. (Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)).

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal. (Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbacão e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta. (Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003 (organização da Presidência))

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais. (Fundamento Legal: Código de Processo Penal)

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.(Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”)

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.(Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada. (Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)).

2.1.1.2. PAPEL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, o art. 44 da Constituição Federal prevê que a Polícia Federal destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

2.1.1.2.1. Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de transito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2.1.1.2.2. Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

2.1.1.2.3. Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO DPF

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais que são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, e pelas Unidades Descentralizadas, como é o caso da Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia, que assim como as demais superintendências regionais espalhadas pelo Brasil, é responsável pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa.

O planejamento e a execução das operações serão desenvolvidos em cada uma das Unidades do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Deverão ser incrementados e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. As operações de repressão a crimes contra o patrimônio público, crimes ambientais, ao tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações a serem executadas em todo território nacional.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO**

ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado “**Brasil sem violência**”, **uma das metas** do plano de governo.

Para alcance desses desafios as estratégias de atuação da Polícia Federal estão resumidas nos seguintes aspectos:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;

5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O **Programa 0662 – Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade** tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas consecução desses objetivos são:

Ação nº 2720 - Operações de Caráter Sigiloso, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União, para o combate ao contrabando e ao descaminho, os crimes contra as propriedades: intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República,

Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Ação nº 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.

2.3. PROGRAMAS

Considerando as atribuições e competências do órgão, destacaram-se no ano de 2008 os programas “Sistema Único de Segurança Pública” e “Combate à Criminalidade”, que consistiram principalmente em dispor de recursos necessários para execução das operações policiais de caráter local e nacional, implantação de sistema de comunicação integrado com órgãos afins, treinamento e aquisição de bens e serviços necessários às ações policiais.

Colaboraram com os programas diretamente ligados à área policial, os programas de “Modernização da Polícia Federal” e “Apoio Administrativo”, que visam fornecer serviços, instalações e equipamentos necessários ao ideal cumprimento da atividade fim.

2.3.1. Programa 1535 – Modernização da Polícia Federal

Tabela 2 – Dados gerais do programa:

Tipo de programa (1)	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e os modelos: operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal
Objetivos Específicos	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com esse programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
Gerente do programa (2)	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Gerente executivo (2)	Paulo Martins Beltrão Filho

Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Não há indicadores.
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

2.3.2 - Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade:

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa (2)	Romero Luciano Lucena de Menezes
Gerente executivo (2)	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	Romero Luciano Lucena de Menezes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Não há indicadores.
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade.

2.4. REALIZAÇÕES E PRINCIPAIS RESULTADOS

2.4.1. Superintendência Regional na Bahia

Durante o ano de 2008 a Polícia Federal na Bahia realizou uma série de operações policiais de combate ao crime organizado, dentre as quais podemos citar:

SR/DPF/BA:

OP. GUILHOTINA (Março) – A operação desbaratou quadrilha especializada em fraudar benefícios de auxílio doença e aposentadoria por invalidez, mediante a falsificação de atestados e relatórios médicos e criação de vínculos empregatícios, com atuação nas Agências do INSS da Região metropolitana de Salvador/BA.

OP. CONTATO (Abril) – Operação policial para desarticulação de quadrilha de traficantes de drogas.

OP. SENHA DE ACESSO (Maio) – Operação policial para desarticular quadrilha que fraudava operações bancárias com a captura de senhas

OP. MOITA (Agosto) – Desbaratou uma quadrilha de assaltantes de banco. 10 mandados de prisão.

OP. LOGÍSTICA (Agosto) – Crimes de natureza fiscal e outros, tais como descaminho, crimes contra a ordem tributária ou de sonegação fiscal, falsificação de documentos privados, falsidade ideológica, evasão de divisas e formação de quadrilha. 27 mandados de busca e apreensão.

OP. FÉRIAS (Novembro) – Operação de repressão ao tráfico internacional de pessoas para prostituição na Espanha.

DPF/JZO/BA:

OP. OÍDIO (Fevereiro) - Cumprimento de 10(dez) mandados de prisão e 13(treze) mandados de busca e apreensão expedidos pelo Juízo da Comarca da Cidade de Santa Maria da Boa Vista/PE a fim de desarticular uma organização criminosa envolvida com cultivo, tráfico de entorpecentes e homicídios baseada em Lagoa Grande/PE e formada por políticos locais.

OP. BOA SORTE (Agosto) - Repressão a prática de jogos de azar (caça-níqueis e bingos) em Petrolina/PE, apreensão de **327** máquinas caça-níqueis.

OP. CLAREIRA (Agosto/Setembro)- Localização e erradicação de plantios de maconha no Vale do São Francisco. 44 IPL's instaurados; 141.938 pés de maconha; 200 Kg de maconha pronta para consumo.

OP. TEIA (outubro) - Desarticular uma organização criminosa envolvida com tráfico de entorpecentes, homicídios, bem como outros delitos, que distribuía cocaína oriunda da Bolívia, a partir de Ponta Porã/MS, para a região nordeste do Brasil, culminando no cumprimento de **18** mandados de prisão e **09** mandados de busca e apreensão em quatro Estados (Pernambuco, Ceará, Bahia e Mato Grosso).

DPF/ILS/BA:

OP. TERRA (Abril) - Investigação sobre a atuação de um procurador federal e um magistrado aposentado que atuavam na esfera judicial para obter indevidamente benefícios previdenciários. Foram identificados mais de 400 benefícios onde os investigados atuaram. 10 mandados de busca e apreensão foram cumpridos.

OP. FERRUGEM (Abril) - Prisão de um estelionatário que falsificava documentos para obtenção de benefícios previdenciários, dando fundamento à instauração de mais de 100 inquéritos. Foram cumpridos 01 mandado de prisão preventiva e 02 buscas.

OP. ALEA (Outubro) - Desarticulação de organização voltada à exploração de máquinas caça-níqueis e identificação de galpão de montagem de máquinas. 37 mandados de busca foram cumpridos.

OP. TERRA FIRME (OUTUBRO) - visava dar cumprimento a 22 mandados de reintegração de posse em áreas das circunscrições das Delegacias de Polícia Federal em Ilhéus e Porto Seguro, com a mobilização de 110 policiais federais e um helicóptero, tendo sido cumprido apenas 02 mandados, em virtude da suspensão do cumprimento das demais liminares pelo Tribunal Regional Federal, por 180 dias.

OP. VASSOURA DE BRUXA (Dezembro) – Visava reprimir um esquema de fraudes a licitações e emprego irregular de verbas públicas envolvendo 30 prefeituras do sul e sudoeste da Bahia, com o cumprimento de 116 mandados de busca e apreensão expedidos pelo Tribunal

Regional Federal, tendo a CGU constatado o desvio de pelo menos R\$ 28 milhões de reais, num primeiro momento.

Considerando a substituição do Superintendente Regional, do Delegado Regional Executivo e do Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado no primeiro semestre de 2008, a SR/DPF/BA passou por um profundo processo de reorganização administrativa, com a substituição de diversas chefias e o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho.

Como um exemplo mais marcante da reorganização sob o prisma de polícia judiciária, podemos mencionar a redistribuição de todos os inquéritos policiais da Superintendência visando a especialização por matérias, o que causou um perda de produtividade (número de inquéritos policiais relatados) a curto prazo, mais que a médio e longo prazo terão resultados positivos incontestes.

Antes desta medida, o critério adotado era por cidades pólos e regiões, sendo que cada Delegado recebia para instauração e instrução todas as notícias daquela região, ignorando a divisão por especialização prevista no organograma da Polícia Federal e dificultando a instrução em face da diversidade de matérias por Delegado.

2.4.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

É estratégia de atuação da DPF/ILS/BA, em sintonia com a visão de futuro do Departamento de Polícia Federal: “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Esta Delegacia, na qualidade de descentralizada, apóia o DPF no cumprimento de suas atribuições, onde tem se destacado no cenário regional e nacional pelas diversas operações realizadas no ano de 2008 e na produção de Laudos Periciais, conforme evidenciado nas informações constantes neste relatório provenientes das Delegacias/Setores responsáveis.

Atualmente existe grande déficit de recursos para que sejam desempenhados de forma mais eficiente e eficaz os trabalhos policiais e administrativos, sejam eles de natureza financeira/orçamentária ou mesmo de recursos humanos, com carência de servidores para cumprir as missões conferidas à DPF/ILS/BA.

A Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA continua destacando-se pela quantidade de operações desenvolvidas e bem sucedidas. A gestão da UG no ano 2008, em que pese a limitação de recursos orçamentários, foi **excelente**, demonstrando o comprometimento dos servidores com a coisa pública, posto que todos se esforçaram para bem desempenhar suas funções, superando as dificuldades e a falta de recursos com criatividade e competência.

2.5. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

2.5.1. METAS POLICIAIS - Superintendência Regional na Bahia.

Meta 01: Reprimir o Crime de Moeda Falsa em Salvador e interior do Estado.

Justificativa: Reprimir a circulação de moeda falsa no estado. Normalmente, ocorre a derrama de cédula falsa por intermédio de pessoas oriundas de outros Estados, que injetam notas falsas nas feiras livres e comércio em geral.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de investigações rotineiras na circunscrição da SR/BA.

Resultados: Parcialmente atingido, uma vez que o número de municípios da circunscrição da SR/BA (276 – duzentos e setenta e seis) aliado ao efetivo policial reduzido, dificulta as investigações.

Meta 02: Realizar investigações objetivando identificar e localizar depósitos e distribuidores de mercadorias estrangeiras nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Salvador e outras.

Justificativa: Reprimir o descaminho de mercadorias estrangeiras, tendo em vista a grande quantidade desse tipo de mercadoria que são comercializadas nas Cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Salvador/BA, principais focos dos delitos de descaminho e contrabando no Nordeste.

Ações desenvolvidas para o atingimento: realização de investigações e operações de repressão ao contrabando e descaminho.

Resultados: Atingido parcialmente, uma vez que o número de operações realizadas não foi o ideal

Meta 03: Especialização de Policiais com realização de Cursos de combate ao crime organizado.

Justificativa: Preparar o servidor policial para enfrentar de forma eficiente o significativo volume de crimes financeiros que ocorrem no estado.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recursos para participação em cursos.

Resultados: Atingido parcialmente.

Meta 04: Desencadear a Operação Guilhotina, realizando as diligências necessárias à desarticulação da Quadrilha liderada por BALBINO, conhecido fraudador do INSS com atuação desde 1985 na Bahia, com prejuízos ao INSS estimados pela APE/INSS em torno de R\$10.000.000,00.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Foi instaurado o IPL nº 034/2008, sob a presidência do DPF BRENO. As investigações duraram aproximadamente 04 meses e o monitoramento telefônico da quadrilha de BALBINO se estendeu por 60 dias.

Resultados: A fase ostensiva da investigação, denominada de **OPERAÇÃO GUILHOTINA** permitiu o cumprimento de 04 Mandados de Prisão Temporária e 09 Mandados de Busca, em Salvador/BA e Região Metropolitana, desarticulando por completo a quadrilha, com grande repercussão na mídia local.

O principal alvo, não obstante ter sido solto findo o prazo da prisão temporária, foi preso novamente por agentes desta especializada, em abril de 2009, em cumprimento a 02 Mandados de Prisão Preventiva decretadas em ações penais oriundas de IPL's desta DELEPREV.

Meta 05: Apoio da DELEPREV/FT a Operações de cunho previdenciário no interior do Estado, com apoio de pessoal, logístico e operacional às Delegacias do interior, obedecendo à diretriz da DPREV que determina a atuação da FT no interior do Estado.

Justificativa: A Força Tarefa previdenciária é composta por representantes do MPF, INSS e PF (DELEPREV/SR/DPF/BA) e tem atuação em todo o Estado. A DPREV/DPF, portanto, tem como diretriz o apoio da FT em operações no interior do Estado, tendo determinado tal procedimento.

Ações desenvolvidas para o atingimento: A DELEPREV/FT/SR/DPF/BA colaborou na implementação e deflagração da **OPERAÇÃO TERRA**, deflagrada em 10/04/2008, a cargo da DPF/ILS/BA, tendo participado de reunião com o MPF de Vitória da Conquista/BA e representantes da APE/INSS para delimitar a forma de investigação. Ademais, a maioria dos alvos da citada Operação estava sediado em Salvador/BA, sendo que a DELEPREV/SR/DPF/BA fez o Planejamento Operacional e realizou o cumprimento dos Mandados de Busca e Apreensão nesta capital.

A DELEPREV/FT/SR/BA, em agosto de 2008, participou de reuniões com o Chefe da Delegacia de Porto Seguro, MPF e Justiça Federal, no intuito de viabilizar o início da **OPERAÇÃO ESPANTALHO**. Tal investigação foi realizada pela DPF/POS/BA, tendo se iniciado em outubro de 2008, com apoio de pessoal e equipamentos desta DELEPREV/SR/DPF/BA e da APE/INSS, sendo deflagrada em 04/02/2009, com total participação dos servidores desta DELEPREV/SR/DPF/BA, em cumprimento a 04 Mandados de Prisão e 07 Mandados de Busca e Apreensão.

Resultados: As duas Operações realizadas tiveram êxito, com grande repercussão na mídia, sendo desarticulada a quadrilha que patrocinava fraudulentamente ações judiciais contra o INSS, com participação de Procurador da própria Autarquia, o qual foi afastado por improbidade, bem como combatido as fraudes contra os benefícios previdenciários de natureza especial rural, com participação de políticos e Sindicato Rural no extremo sul baiano. Tais ações mereceram elogio da DPREV/DPF, e foram citadas como exemplo a ser seguido por outros estados em recente encontro de chefias realizado na cidade de natal, no mês de março de 2009.

Meta 06: Realizar a reforma física das instalações da DELEPREV/SR/DPF/BA e FT na sede desta SR/DPF/BA, conforme Projeto elaborado pela própria Delegacia, com recursos do Convênio firmado entre o Ministério da Justiça e o INSS.

Justificativa: Um dos maiores problemas enfrentados pela DELEPREV/SR/DPF/BA eram as péssimas instalações físicas da especializada, a qual não dispensava o mínimo de condições para o desempenho das atividades, chegando à situação de acomodar 03 Delegados em uma sala de 16 m², pelo que a SR/DPF/BA foi agraciada com a segunda maior destinação de recursos do Brasil.

Ações desenvolvidas para o atingimento: A reforma foi encarada como prioridade pela DELEPREV, tendo os servidores sido remanejados para outros setores e salas nesta SR/DPF/BA no período de novembro/2008 a março/2009. Ademais, houve um empenho pessoal junto ao SELOG/SR/DPF/BA, CPL/SR/DPF/BA, NA/SR/DPF/BA, DPREV/DPF, SR/DPF/MG, SETEC/SR/DPF/BA, NTI/SR/DPF/BA bem como a fornecedores e prestadores de serviço para a realização da reforma, tendo os servidores se afastado por completo de suas funções ordinárias ao realizarem as seguintes tarefas: cotação de preços de equipamentos junto a fornecedores; compra de material com recursos pessoais para ressarcimento posterior; transporte de móveis e carga utilizando a própria força física, etc...

Resultados: Não obstante as dificuldades na execução dos serviços, a Bahia foi um dos Estados que conseguiu um dos maiores índices na execução do projeto, tendo gasto 80% dos recursos disponibilizados, o que só não foi melhor em razão da crise mundial, que atingiu principalmente os fornecedores de produtos de informática. Tal esforço foi reconhecido pela DPREV/DPF, e gerou um ambiente digno de trabalho para os policiais, com a possibilidade de

lotação de servidores do INSS em sala da Força Tarefa, o que permitirá um reforço indispensável nas investigações.

Meta 07: Aumentar a fiscalização sobre o trânsito e permanência de estrangeiros.

Justificativa: Combater a permanência clandestina e fiscalizar empresas que empregam estrangeiros possuidores de vistos impróprios.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Ações policiais de fiscalização.

Resultados: Atingido parcialmente devido à carência de pessoal.

Meta 08: Desenvolvimento com excelência das atividades da Representação Regional da INTERPOL na Bahia.

Justificativa: Atender com rapidez as solicitações oriundas do Escritório Central da INTERPOL em Brasília; de autoridades judiciais; de autoridades policiais federais e estaduais.

Ações desenvolvidas para o atingimento: melhoria na rotina de tramitação de expedientes com o tratamento adequado às solicitações e gerenciamento eficiente dos dossiês.

Resultados: Meta cumprida com resultados satisfatoriamente obtidos.

Meta 09: Reprimir e erradicar, trimestralmente, as plantações de maconha no interior do Estado.

Justificativa: Atacar, diretamente, a produção na região denominada “Polígono da Maconha”.

Ações desenvolvidas para o atingimento: 51 missões policiais com o objetivo específico de erradicar plantações de maconha.

Resultados: 260.040 pés de maconha erradicados no Estado da Bahia.

Meta 10: Instalar um Escritório de Inteligência policial na cidade de Feira de Santana/Ba.

Justificativa: O município de Feira de Santana figura-se como ponto estratégico para instalação de um Escritório, seja devido sua posição geográfica (Entroncamento de passagem para cidades do interior do Estado, da região Nordeste e Sudeste), seja devido às estatísticas de apreensões realizadas pelas polícias.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não foi instalado

Resultados:

Meta 11: Realizar diligências na região metropolitana e interior do Estado, visando proceder investigações sobre tráfico de drogas

Justificativa: Necessidade de investir nas investigações, desenvolvendo diligências “in loco”, o que gera custos.

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados:

Meta 12: Especialização dos policiais com realização de cursos na área de ações táticas, manuseio de arma e explosivos.

Justificativa: Aperfeiçoamento do policial, diminuindo os riscos inerentes à profissão.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Minистраção de Curso Básico de Pistola Glock no âmbito da SR/DPF/BA.

Resultados:

Meta 13: Compra de equipamentos para atuação na área operacional (binóculos, GPS, filmadoras, gravador de áudio, etc.)

Justificativa: Na investigação policial é imprescindível o uso de bons equipamentos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Requisição ao órgão Central.
Resultados: Aquisição de equipamentos discretos oriundos de Brasília/DF.

Meta 14: Compra de duas viaturas (veículos descaracterizados).

Justificativa: A Delegacia necessita de viaturas descaracterizadas para fazer levantamentos, campanhas, etc.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitação ao Órgão Central.

Resultados: Foi comprada uma L200 pela CGPRE.

Meta 15: Reprimir os Crimes de assalto a banco e roubo de cargas na área de atuação da SR/DPF/BA.

Justificativa: Conforme atribuição prevista no ordenamento organizacional do DPF.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Desenvolvida Operação de Inteligência Policial objetivando identificar, localizar e neutralizar quadrilha de assalto a banco entre os Estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco, denominada “OPERAÇÃO MOITA”.

Resultados: A “OPERAÇÃO MOITA” foi desencadeada em 05/08/2008 na cidade de Itabaiana/SE, utilizando um total de 45 policiais, culminando na prisão e indiciamento de 10 elementos; e na apreensão de: 5 veículos, 3 carros e 2 motos; 08 armas, 02 fuzis, 02 submetralhadoras e 4 pistolas, e centenas de munições de diversos calibres.

Meta 16: Reprimir os crimes de clonagem de cartão de crédito e de cheques

Justificativa: Auxílio às instituições financeiras, CEF e BB

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não houve qualquer operação neste sentido.

Resultados: prejudicado

Meta 17: Realizar diligências pertinentes aos IPLs que estão sob a presidência da presente autoridade, mormente na área de crimes patrimoniais

Justificativa: Necessidade de apuração e conclusão das investigações de quase 150 inquéritos

Ações desenvolvidas para o atingimento: Missões pelo interior da Bahia para oitiva e investigação em campo.

Resultados: Devido à priorização das atividades operacionais as atividades de Polícia Judiciária apresentaram significativo acúmulo.

Meta 18: Especialização dos policiais com realização de cursos na área de ações táticas, manuseio de arma e explosivos

Justificativa: Aperfeiçoamento do quadro funcional, diminuindo os riscos inerentes a atividade desenvolvida pela Delegacia

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados:

Meta 19: Compra de Equipamentos e munição para treinamento

Justificativa: Aperfeiçoamento do policial

Ações desenvolvidas para o atingimento: A equipe de Policiais desta Descentralizada tem por absoluta prioridade o treinamento e capacitação de seus membros para combate em área restrita, efetuando o 4ª CCAR – CURSO DE COMBATE EM ÁREA RESTRITA, ministrado nas dependências do COT/DREX/DF. Um membro da equipe recebeu treinamento para utilização da ferramenta de inteligência I2, junto à DIP, possuindo, hoje, qualificação como instrutor da

ferramenta mencionada. UM APF recebeu treinamento para uso dos equipamentos discretos disponibilizados pela administração central.

Resultados: Todos os policiais desta DELEPAT receberam treinamento tático e um policial recebeu, além do tático, treinamento em ferramentas de inteligência.

Meta 20: Compra de equipamentos para atuação na área operacional(binóculos, GPS, filmadoras, gravador de áudio, lanternas, facão etc.)

Justificativa: O trabalho da delegacia é essencialmente de campo, o que exige equipamentos diferenciados

Ações desenvolvidas para o atingimento: Recebemos 2 malas de equipamentos discretos.

Resultados: As duas malas de equipamentos discretos estão sendo utilizadas.

Meta 21: Compra de duas viaturas (veículos tracionados) próprias para atuação em áreas de difícil acesso.

Justificativa: A maioria dos assaltos a banco acontece em área rural e/ou sertão

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de crédito orçamentário.

Resultados: Não atingido.

Meta 22: Estimular e efetivar o registro do maior número possível de armas existentes no Estado na Bahia.

Justificativa: Permitir um controle efetivo de todas as armas existentes no Estado da Bahia, bem como de sua propriedade.

Ações Desenvolvidas para o atingimento: Divulgação junto à população da necessidade de efetivação do registro das armas e realização de um atendimento célere e eficaz.

Resultados: Foram efetivados os registros de 2219 armas, sendo que se encontra em fase de digitação cerca de 3000 processos de registro protocolados no ano de 2008, o que determina um total aproximado de 5200 registros de armamento realizados no período.

Meta 23: Realização do processo de registro de armas novas adquiridas pela população.

Justificativa: Controle da compra de armas novas pela população, verificando a necessidade e a possibilidade para a sua aquisição.

Ações para o atingimento: Disponibilização de atendimento visando esclarecer qualquer dúvida porventura existente sobre o processo de compra de armamento, bem como de profissionais habilitados a análise dos processos de aquisição e a realização dos exames psicológicos e técnicos necessários.

Resultados: Controle e registro de 420 armas novas adquiridas pela população após regular análise da necessidade e possibilidade de utilização do armamento.

Meta 24: Realização de processo para porte e renovação de porte de arma no Estado da Bahia.

Justificativa: Controle da população que possui porte de arma no Estado.

Ações para o atingimento: Verificação da necessidade e das possibilidades de utilização de armamento pelos interessados a partir de uma avaliação criteriosa realizada por profissionais habilitados.

Resultados: Controle e deferimento de 102 portes de armas e 32 renovações de porte.

Meta 25: Reprimir os crimes de pesca com explosivos, por meio de ação conjunta com outros órgãos ambientais estaduais e federais.

Justificativa: notícias do IBAMA e COPPA, além de denúncias anônimas.

Ações desenvolvidas para a consecução – foram desenvolvidas sete ações entre os meses de janeiro a maio de 2008, quando foram apreendidos petrechos utilizados na prática ilícita e cerca de 150 kg de pescado, foram identificadas e responsabilizadas cinco pessoas na ação e lavradas multas no valor total de R\$ 19.478,00.

Resultados: satisfatórios, ao se levar em conta que não se dispunha de meios, não havia a especialização e além da suspensão temporária das atividades da delegacia com o afastamento da Delegada Suzana e mudança na chefia.

Meta 26: Investigações com o objetivo de identificar e localizar traficantes de animais silvestres nos Municípios baianos.

Justificativa: grande quantidade de animais silvestres comercializados em feiras livres e denúncias envolvendo a saída de animais silvestres do território nacional.

Ações desenvolvidas para a consecução: não foram localizados dados nos arquivos de cumprimento desta meta.

Resultados: prejudicado.

Meta 27: realizar diligências e intimações de pessoas envolvidas em inquéritos que apuram crimes ambientais.

Justificativa: atender as necessidades das atividades de polícia judiciária.

Ações realizadas para a consecução: foram expedidas ordens de missão nesse sentido.

Resultados: satisfatórios.

Meta 28: Especialização dos policiais lotados na Especializada em cursos na área ambiental e de patrimônio histórico.

Justificativa: O grande patrimônio ambiental e histórico do Estado da Bahia a necessitar de ações especializadas.

Ações realizadas para a consecução: indicação dos policiais nos cursos oferecidos.

Resultados: satisfatórios.

Meta 29: Operações para reprimir a subtração de peças sacras no interior do Estado da Bahia.

Justificativas: necessidade de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional presente no Estado da Bahia.

Ações realizadas para a consecução: não foi possível o cumprimento dessa meta.

Resultados: prejudicado.

Meta 30: Investigação e repressão a extração ilegal de bens minerais.

Justificativas: há uma grande incidência de lavra clandestina ou irregular no Estado da Bahia.

Ações realizadas para a consecução: instrução dos diversos inquéritos policiais em andamento sobre o tema.

Resultados: satisfatórios.

Meta 31: Prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Justificativa: Prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins na região de Porto Seguro/BA, em especial nos municípios de Eunápolis, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro e seus distritos de Arraial D'Ajuda, Trancoso e Caraíva.

Ações realizadas para a consecução: Investigações de campo e nos bancos de dados disponíveis.

Resultados: Instauração de nove inquéritos com apreensão de um kg de maconha e sessenta kg de cocaína e com prisão de nove traficantes

Meta 32: Realizar vistorias nos estabelecimento bancários, empresas de segurança privada e escolas de formação de vigilantes, nos municípios abrangidos pela circunscrição da Delegacia de Porto Seguro/BA

Justificativa: Coibir as atividades de segurança privadas clandestinas nos municípios abrangidos pela circunscrição desta Delegacia, e prioritariamente no município de Porto Seguro/BA.

Ações realizadas para a consecução: Vistorias in loco pela CV.

Resultados: Foram fiscalizadas as instituições financeiras de Porto Seguro, Eunápolis/BA e região, bem como da empresa Nordeste Segurança Ltda.

Meta 33: Atividades de segurança privadas clandestinas nos municípios abrangidos pela circunscrição desta Delegacia e, prioritariamente, no município de Porto Seguro/BA.

Justificativa: Coibir as atividades de segurança privadas clandestinas nos municípios abrangidos pela circunscrição desta Delegacia.

Ações realizadas para a consecução: Vistorias Medidas visando à conscientização dos envolvidos.

Resultados: Foram fiscalizados três pontos de segurança privada clandestina

Meta 34: Realizar Operações em conjunto com a ANATEL.

Justificativa: Realizar Operações em conjunto com a ANATEL, com o escopo de combater as Rádios clandestinas.

Ações realizadas para a consecução: Investigações de campo e nos bancos de dados disponíveis.

Resultados: Foram realizadas quatro operações conjuntas com a ANATEL visando cumprir mandados de busca e apreensão, resultado na prisão de uma pessoa.

Meta 35: Realização de Operações em conjunto com a FUNAI.

Justificativa: combater e investigar invasões às reservas indígenas e membros do MST, assim como distúrbios entre estes.

Ações realizadas para a consecução: Investigações de campo e nos bancos de dados disponíveis.

Resultados: Foi realizada operação conjunta com a FUNAI junto à Aldeia Indígena Aroeira.

Meta 36: Realização de Operações em conjunto com o IBAMA.

Justificativa: Coibir os crimes contra o meio ambiente.

Ações realizadas para a consecução: Investigações de campo e nos bancos de dados disponíveis.

Resultados: Foram realizadas duas operações conjuntas no Parque Nacional do Descobrimento e no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, resultando na prisão de três pessoas.

2.5.2. METAS ADMINISTRATIVAS - Superintendência Regional na Bahia:

Meta 01: Construção do anexo ao prédio da SR/BA

Justificativa: Ampliar o espaço físico para melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaboração de Plano de Necessidades com discriminação detalhada da utilização do edifício a ser construído, com posterior encaminhamento à Diretoria de Administração e Logística Policial, para elaboração dos projetos arquitetônicos e básico da obra.

Resultados: Não atingido.

Meta 02: Aquisição de mobiliário para a SR/BA e suas descentralizadas.

Justificativa: Melhorar as condições de trabalho dos servidores policiais e administrativos, que atualmente exercem suas funções em móveis antigos, quebrados e desgastados pelo uso e tempo.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recursos orçamentários para a realização de empenho, visto que o Processo Licitatório pelo Sistema de Registro de Preços já havia sido realizado pela Unidade Central.

Resultados: Atingido parcialmente, pois somente as Delegacias de Juazeiro e Ilhéus foram contempladas com mobiliário.

Meta 03: Reforma dos banheiros do edifício sede da SR/BA

Justificativa: Recuperar as instalações insalubres e anti-higiênicas dos banheiros, desgastadas pelo uso e problemas no sistema hidráulico.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaboração de Projeto Básico, solicitação de recursos orçamentários e realização de procedimento licitatório.

Resultados: Atingido plenamente somente em 2008.

Meta 04: Construção de Muro e a guarita principal da SR/BA

Justificativa: Melhorar a segurança do prédio e dotar a SR/BA de uma guarita decente, que possa acomodar os funcionários terceirizados que prestam serviço de vigilância nesta Regional.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaboração de Projeto Básico, solicitação de recursos orçamentários e realização de procedimento licitatório.

Resultados: Atingido plenamente quanto ao muro e parcialmente quanto à guarita, pois a empresa contratada através de licitação deixou de cumprir com um dos itens previstos no projeto que foi a colocação de vidro blindado.

Meta 05: Reforma das instalações físicas e da fachada da SR/BA.

Justificativa: Recuperar as instalações desgastadas pelo tempo e uso, melhorando as condições de atendimento ao público e as condições de trabalho aos servidores. Além de recuperar a fachada, atualmente em tijolos de vidro, pois a mesma apresenta uma ameaça a integridade física de servidores e do público.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaboração de Projeto Básico, solicitação de recursos orçamentários e realização de procedimento licitatório.

Resultados: Não atingido. A reforma das instalações físicas da SR/BA não foi atingida, pela falta de recursos. A Reforma da fachada foi licitada, porém a empresa contratada não cumpriu com o contratado desistindo da execução do serviço, solicitando rescisão contratual.

Meta 06: Substituição da torre de resfriamento da central de ar condicionado desta Regional.

Justificativa: Melhorar o funcionamento da central de ar condicionado, prorrogando sua vida útil.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Não atingido, depois de realizada uma recuperação da referida torre, verificou-se com base em estudo que não havia necessidade de sua substituição.

Meta 07: Reforma da Delegacia de Juazeiro/BA, com restauração da fachada, reforma do muro existente e complementação de muro em todo o terreno onde se situa a delegacia; além da construção de guarita e cobertura do pátio de estacionamento para viaturas.

Justificativa: Dotar a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro/BA das condições mínimas de segurança e proteger as viaturas oficiais, patrimônio da União, da ação do sol e da chuva.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Não se aplica, uma vez que foi decidida a mudança da sede para outro imóvel.

Meta 08: Reforma do imóvel onde abriga alguns setores da Delegacia de Porto Seguro/BA

Justificativa: O imóvel, hoje patrimônio da Polícia Federal, necessita de reforma urgente, pois se encontra bastante desgastado pelo tempo e uso.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Não atingido, pois os recursos não foram liberados.

Meta 09: Aquisição de viaturas para esta SR/BA e suas descentralizadas

Justificativa: Atender a demanda de serviços, uma vez que a frota existente insuficiente e já bastante gasta pelo uso.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Atingido, pois a aquisição e distribuição das viaturas foram realizadas pela Unidade Central.

Meta 10: Aquisição de equipamentos de informática (servidores, estações de trabalho, impressoras, etc...).

Justificativa: Para substituição de equipamentos antigos e obsoletos, com capacidade de processamento limitada.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Atingido, pois em 2008, a Diretoria de Logística Policial atendeu a demanda das unidades descentralizadas.

Meta 11: Reforma do estande de tiro desta Regional.

Justificativa: Realização de treinamento contínuo dos policiais federais para o melhor desempenho e segurança própria no exercício de suas funções; possibilitar ao Setor Técnico-Científico local apropriado para a realização dos exames periciais em armas de fogo; possibilitar ao SINARM – Sistema Nacional de Armas desta SR/DPF/BA de local adequado para os exames de práticos com arma de fogo, visando à emissão de porte de arma, entre outros.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Não atingido.

Meta 12: Aquisição e instalação de sistema de monitoramento eletrônico com circuito fechado de TV para a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro/BA.

Justificativa: Melhorar a segurança do imóvel onde funciona a referida delegacia, tendo em vista que somente um policial federal permanece no local para atendimento e segurança do acervo patrimonial.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Não atingido, pela indisponibilidade de recursos, e mais, em virtude da mudança de endereço da delegacia, que demandará novo projeto.

Meta 13: Aquisição de detectores de metais portáteis e espelho convexo com haste para o Setor Técnico-científico desta Regional.

Justificativa: Equipamentos imprescindíveis para a realização de segurança de dignitários, vistorias, varreduras, barreiras e outras atividades policiais.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Atingido, foi disponibilizado pelo Instituto Nacional de Criminalística algumas unidades do referidos equipamentos.

Meta 14: Aquisição de terreno para a construção da sede da Delegacia de Porto Seguro/BA.

Justificativa: Instalar a delegacia em local apropriado para o desenvolvimento de suas atividades, hoje distribuídas em duas sedes: uma própria, mas pequena e necessitando de reformas, e outra locada.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Estudo de localização e levantamento de preços.

Resultados: Atingido, pois não foram disponibilizados recursos orçamentários.

Meta 14: Aquisição de terreno para a construção da sede da Delegacia de Porto Seguro/BA.

Justificativa: Instalar a delegacia em local apropriado para o desenvolvimento de suas atividades, hoje distribuídas em duas sedes: uma própria, mas pequena e necessitando de reformas, e outra locada.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Estudo de localização e levantamento de preços.

Resultados: Atingido, pois não foram disponibilizados recursos orçamentários.

Meta 15: Implantação de rede de comunicação de dados e voz nas dependências desta Superintendência Regional e suas descentralizadas.

Justificativa: Dotar a Polícia Federal na Bahia de um ambiente de rede de comunicação e dados adequados à sua necessidade.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Não atingido, pois não foram disponibilizados recursos orçamentários.

Meta 16: Aquisição de uma central telefônica para atender as necessidades da SR/BA e suas descentralizadas.

Justificativa: Dotar a Polícia Federal na Bahia de um sistema de comunicação adequado à sua necessidade.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recurso orçamentário.

Resultados: Atingido, falta instalação.

2.6. DESEMPENHO OPERACIONAL (Vinculações das realizações das unidades com o Plano Plurianual)

2.6.1. Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

DELINST/DREX/SR/PDF/BA

1. Durante o exercício de 2008, a Delegacia desempenhou suas atividades de Polícia Judiciária dentro de sua competência, com as seguintes ações relevantes dentre outras:

a) 33 (trinta e três) seguranças de dignitários, incluindo a CALC – 1ª Cúpula de Chefes de Estado da América Latina e Caribe que reuniu 32(trinta e dois) Chefes de Estado, recepcionado pelo Presidente da República do Brasil;

b) 06 (seis) reintegrações de posse determinadas pela Justiça Federal em várias localidades deste Estado;

c) 10 (dez) procedimentos (investigações) com o intuito de impedir e evitar Tráfico de seres humanos com instauração de IPL's;

d) 12 (doze) procedimentos (investigações) com o intuito de impedir e apurar autoria de crimes de racismo na Internet com instauração de IPL's;

e) 14 (quatorze) procedimentos (investigações) com o intuito de impedir e apurar autoria de crimes de Pedofilia na Internet e através de denúncias com instauração de IPL's;

f) Acompanhamento das eleições 2008, com as respectivas ações de Polícia Judiciária.

DELEFAZ/DREX/SR/DPF/BA

OPERAÇÃO /ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Logística	Salvador	Combater crime de descaminho, lavagem de dinheiros e formação de quadrilha.	Positivo	N
Pedras Preciosas	Salvador	Combater crime de descaminho, lavagem de dinheiros e formação de quadrilha.	Positivo	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade
	Tipo	Crime	
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	37
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	186
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	71
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	80
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	32
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	72
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	258
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	xx

09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	30
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	133
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	679
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	20
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	106
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	48
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	01
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	17
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	01
18	Outros	Diversos	xx
TOTAL			1771

DELEMIG/DREX/SR/DPF/BA:

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Passaportes expedidos	14.039	18.275	29.658	32.896	40.184
Extradições	003	000	003	000	000
Carteiras de estrangeiros	970	874	1.318	2.817	2.882
Deportações	000	002	001	003	012
Expulsões	001	000	001	000	004
Repatriações	006	000	005	016	000

DRE/DRCOR/SR/DPF/BA:

1. OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA DRE NO ANO DE 2008

Foram desenvolvidas 132 ações de repressão TRÁFICO DE DROGAS no Estado da Bahia, tendo por objetivo combater a criminalidade emergente e organizada.

2. APREENSÕES EM 2008:

MACONHA: 1.917.754,87 gramas de erva pronta e 260.040 pés erradicados diretamente na roça;

CRACK: 14.858,80 gramas;

COCAÍNA: 346.417 gramas;

HAXIXE: 310 gramas;

PRESOS: 91 homens e 25 mulheres, em 55 flagrantes;

VEÍCULOS APREENSOS: 31

DELEPAT/DRCOR/SR/DPF/BA:

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
OPERAÇÃO MOITA	Itabaiana/SE	Desbaratar quadrilha especializada em assalto a bancos.	Positivo, conforme relatório META 1	S

NUCART/SR/DPF/BA

ITENS	JAN/DEZ - 2008
IPLS instaurados	1.443
TCO instaurados	112
CP instauradas	255
IPLs relatados	1.116
LRE's	29
IPL's em andamento	1.246

SETEC/SR/DPF/BA

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Contábil Econômico Financeiro	13	18	14	27	28	41
Arma e Balística	51	455	464	102	84	59
Documentoscopia	349	235	335	297	436	376
Merceológico	64	40	20	35	50	45
Entorpecentes e Psicotrópicos	264	207	124	297	436	228
Laboratório (Explosivos e Outros)	05	01	01	04	01	00
Exames técnicos em obras	-	01	-	-	-	-
Aparelhos eletroeletrônicos	55	15	51	112	85	65
Local	115	66	26	24	22	30
Material de Informática	47	20	21	92	128	175
Informações Técnicas na área de Inform.	-	-	-	-	-	106
Material audiovisual	27	19	108	42	(*)	(*)
Constatação de Dano ambiental	17	26	42	45	81	29
Material	12	14	19	13	-	-
Biometria Forense	-	-	-	-	02	00
Veículos	24	18	40	30	28	22
Engenharia	-	-	-	-	09	21
Papiloscópicas	-	-	47	53	31	21
Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	-	-	-	02	10	05
Genética Forense	-	-	-	-	-	01
TOTAL	1042	1135	1265	1207	1278	1224

(*) A partir de 2007 juntaram-se os laudos eletroeletrônico e audiovisual.

DPF/BPS/BA:

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's /LRE instaurados	197
Quantidade de IPL's / LRE relatados	49

DELESP/DPF/ILS/BA

Mapa anual da comissão de vistoria - 2008

ASSUNTO	QUANTIDADE	VALOR R\$
ORDEM DE MISSÃO POLICIAL	59	
EMPRESA DE VIGILÂNCIA FISCALIZADA	01	1.532,30
TRANSPORTE DE VALORES		
CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES-FISCALIZADO	01	1.532,30
VIGILANTES EM ATIVIDADE		
VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE VALORES	14	11.173,12
BANCOS VISTORIADOS	39	
PLANOS DE SEGURANÇA APROVADOS	26	
PLANOS DE SEGURANÇA NÃO APROVADOS	13	
PLANOS DE SEGURANÇA APRESENTADOS	128	136.204,80
NOTIFICAÇÕES	88	
ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	01	
AUTOS DE INFRAÇÃO	61	
CERTIFICADOS DE VISTORIA	05	
CERTIFICADOS DE SEGURANÇA	02	
CERTIFICADOS REGISTRADOS	582	1.108,56
VISTORIA EM ESCOLA DE FORMAÇÃO		
MULTA ARRECADADA		
ASSALTO A BANCO		
ATIVIDADE CLANDESTINA ENCERRADA	13	
FORMULÁRIOS P/ CART. VIG. ENCAMINHADOS		
CARTEIRA DE VIGILANTES ENTREGUES		
ARRECAÇÃO TOTAL (R\$)		151.551,08

NUCART/DPF/ILS/BA

Delegacia	IPL /LRE Instaurado	IPL /LRE Relatado	IPL/ LRE cota cumprida	IPL / LRE andamento
DELEFAZ	408	179	014	1028
DRE	012	009	000	028
DELINST	075	045	005	233
DELEPREV	078	069	007	202
DELEMIG	003	000	000	004
DELESP	000	000	000	000

Delegacia	IPL /LRE Instaurado	IPL /LRE Relatado	IPL/ LRE cota cumprida	IPL / LRE andamento
DELEFIN	000	000	000	000
DELEPAT	000	000	000	000
DELEARM	000	000	000	000
DELEMAPH	000	000	000	000
TOTAL	627	361	038	1.307

DELEFAZ/DPF/ILS/BA

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade
	Tipo	Crime	
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	031
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	171
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	013
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	021
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	037
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	006
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	045
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	184
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	008
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	007
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	102
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	011
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	004
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	018
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	157
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	005
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	000
18	Outros	Diversos	
TOTAL			

DRE/DPF/ILS/BA

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
COCAÍNA (KG)	55,339	25,662	21,903	9,9	48,809
CRACK (KG)		25 g	2,733	200g	4,429
HAXIXE (KG)		185 g		0	0
L.S.D. (UN)				0	0
LANÇA PERFUME (FR)				0	0
M.D.M.A. (UN) – Exctase				0	0
MACONHA (KG)	378,952	254,703	320.728	161,441	3,937
MERLA (KG)				0	0
PASTA BASE (KG)				66 Kg	0
PÉS DE MACONHA (UN)		1.101		0	1

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
PSICOTRÓPICOS (UN)				0	0
SEMENTE DE MACONHA (KG)				0	0
CLORETO DE ETILA (L)				0	0
HEROÍNA (KG)				0	0

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL/ DATA	OBJETIVO	RESULTADO
FOZ	IPIAÚ/BA 18/01/2008	Repressão ao tráfico de drogas	01 (uma) pessoa presa; 3.935 Kg , Cannabis Sativa Lineu (maconha) , 325 g de Crack, R\$ 1.916,00 (um mil novecentos e dezesseis reais) e U\$ 10,00 (dez dólares) apreendidos.
OPERAÇÃO EM CONJUNTO COM O NA/PSG/SRBA	Ilhéus/BA 16/05/2008	Repressão ao tráfico de drogas	02 (duas) pessoas presas; duas armas, 3.80,00 (três mil e oitenta reais) apreendidos.
OPERAÇÃO EM CONJUNTO COM O NA/PSG/SRBA	Itabuna/BA 23/08/2008	Repressão ao tráfico de drogas	01 (uma) pessoa presa; 3.725Kg de Cloridrato de Cocaína apreendida; R\$ 21.556,00 (vinte e um mil quinhentos e cinquenta e seis reais) apreendidos.
OPERAÇÃO EM CONJUNTO COM O DRE/SRMT	Itapetinga/BA 24/07/2008	Repressão ao tráfico de drogas	03 (três) presos; 650g de Cloridrato de Cocaína apreendida.
OPERAÇÃO EM CONJUNTO COM O DRE/SRMT e DR/SRBA	Ubatã/BA/ 17/04/2007	Repressão ao tráfico de drogas	03 (três) presos; apreendida; 01 (uma) arma; um veículo; petrechos para manipulação de entorpecente apreendidos.
OPERAÇÃO EM CONJUNTO COM O NA/PSG/SRBA	Jequié/BA 05/10/2007	Repressão ao tráfico de drogas	01 (um) preso; 1.060g (um mil e sessenta gramas) de Cloridrato de Cocaína apreendida.

DELEPREV/DPF/ILS/BA:

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de IPL/LRE instaurados			71	104	78
Quantidade de IPL/LRE relatado			24	41	69
Quantidade de IP/LRE em andamento			119	200	202

DELINST/DPF/ILS/BA:

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's /LRE instaurados	075
Quantidade de IPL's / LRE relatados	045
Quantidade de IPL's / LRE com cota cumprida	005
Quantidade de IPL's /LRE em andamento	233

DELEMIG/DPF/ILS/BA:

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's /LRE instaurados	03
Quantidade de IPL's / LRE relatados	00
Quantidade de IPL's / LRE com cota cumprida	00
Quantidade de IPL's /LRE em andamento	04

Termos Circunstanciado e Cartas Precatórias:

	Instaurada	Relatada/ cumprida / enviada à outra unidade	Em andamento
Termos Circunstanciado	029	026	004
Cartas Precatórias	127	067	105

Continuam em andamento os seguintes TC: 04/03, 01/08, 04/08, 05/08

Existem em andamento diversas CP autuadas antes de 2008.

Prisões:

Prisões	Quantidade
Porte ilegal de arma	04
Descaminho	04
Crime ambiental	02
Tráfico de drogas	05
Rádio Pirata	04
Colocar em circulação cédula falsa	01
Furto de patrimônio	01
Crime relativo à prostituição	01
Crime relativo à conflito indígena	01

2.6.2. Ação nº 2720 - Operações de Caráter Sigiloso

NIP/SR/DPF/BA:

Janeiro:

Atender solicitação da NIP/SR/DPF/MG.

Levantamento de envolvimento de Policiais com Traficantes no estado da Bahia.

Levantamento e localização estrangeiro.

Investigação de venda de armas pela Internet.

Levantamento pessoas para atender a COR/SR/DPF/BA.

Levantamento pessoas para atender DELEMIG/SR/DPF/BA em processo de Naturalização.

Análise de mídia (CD), encaminhada juntamente com a cópia do Laudo, para identificação de pessoas e empresas.

Levantamento pessoas para atender a COR/SR/DPF/BA.

Levantamento pessoas para atender a COR/SR/DPF/BA.

Levantamento e localização estrangeiro para mandado de intimação.

Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização

Atender diariamente as solicitações do Superintendente.

Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.

Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.

Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.

Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Fevereiro:

Levantamento Fotográfico de Local para atender a CGPFAZ/DIREX

Investigação de estelionato na CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Acompanhamento de pessoal de interesse para a mb.

Produção de conhecimento sobre Manifestação da Facção "PCC" nas Unidades Prisionais.

Atender pedido de busca do Ministério Público da Bahia.

Localização de pessoa para atender o NUCART/SR/DPF/BA.

Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização

Atender diariamente as solicitações do Superintendente.

Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.

Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.

Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.

Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Março:

Levantamento de informações acerca de policial militar.

Acompanhamento de pessoal de interesse para a Marinha do Brasil

Atender pedido de busca para Exército 6ª RM.

Investigação Social.

Atender pedido de inteligência do Com2ºDN.

Acompanhamento de Manifestações De Integrantes De Movimentos Rurais Sem Terra no Estado da Bahia.

Coleta de Informações sobre estrangeiro

Atender pedido de Pedido Busca do CI/SI/SSP/BA.

Acompanhamento de Pessoal para o Com2ºDN
Acompanhamento de pessoal de interesse para a mb.
Produção de conhecimento sobre estrangeiros custodiados em estabelecimentos penais baianos.
Atender pedido de Pedido Busca do CI/SI/SSP/BA.
Localização de pessoa para IPL Nº 1-928/06-SR/DPF/BA
Localizar estrangeiro IPL 850/2007-DELINST
Acompanhamento de representantes de organizações sociais e movimentos populares atendendo SEPE/ABIN.
Resposta a PI SR/DPF/PE sobre quadrilha especializada em tráfico de cocaína, crack e comércio de armas e munições.
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Abril:

Investigação Social
Atender NIP/SR/DPF/AC localizar e confirmar endereço de alvo (OPERAÇÃO TERRA)
Investigação social Secretaria de Segurança Pública-Academia da Polícia Civil
Investigação Social para NIP/SR/DPF/PE
Levantamento para atender a DRCOR/SR/BA e SR/DPF/PE referente a quadrilha especializada em tráfico de cocaína, crack e comércio de armas e munições.
Levantamento para atender a **DRCOR/SR/BA** e NIP/FIG/PR sobre o transporte de substância entorpecente, oriunda do Paraguai para a cidade de Salvador/BA.
Levantamento Fotográfico de Local e Dados de Pessoas e Empresas.
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Mai:

Levantamento Dados emGuanambi-BA para atender UADIP/DELFAZ/SR/ DPF/SP.
Acompanhamento de Pessoal para Com2ºDN.
Acompanhamento de Pessoal de interesse para a MB.
Acompanhamento de Pessoal de interesse para a MB.
Diligências para apurar denúncia de aplicação de golpes na região de Itumbiara/GO.
Acompanhamento de Pessoal de interesse para a MB.
Resposta OQC de alvo para DPF/FIG/PR.
Localização pessoa para investigação do NIP/SR/DPF/BA.
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.

Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Junho:

Acompanhamento de Pessoal de Interesse para a MB.
Investigação para atender requisição do MPF.
Produção de conhecimento sobre Jornada de luta da Via Campesina para atender SIP/DINPO/DIP/DPF.
Acompanhamento de Pessoal de interesse para a MB.
Verificação de dados para CISC/SESEC/MA
Acompanhamento de Pessoal de interesse para a MB.
Diligencias para apura denúncia e localização de estrangeiro
Investigações para atender Ministério Público da Bahia sobre noticia de prefeituras e Câmaras de Vereadores no Estado da Bahia que estariam celebrado convênios com o objetivo de concessão fraudulenta de empréstimos consignados
Levantamento empresas e pessoas para CART/SR/DPF/BA.
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Julho:

Atender NIP/SR/DPF/GO sobre processo criminal em desfavor de servidor do DPF.
Acompanhamento de manifestação MST para informar a SIP/DINPO/DPF.
Informações de dados Google/Orkut para CME/SSP.
Localização de pessoa para DELEFAZ /SR/DPF/BA
Investigações pedofilia para DELINST.
Investigações sobre ameaça aos funcionários da Corregedoria
Diligencias para acompanhar os passos de funcionário da UFBA suspeito de pedofilia.
Investigação previa sobre Paratodos (Jogo Bicho).
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Agosto:

Acompanhamento de Pessoal de interesse para a MB.
Investigações referente a suposto funcionamento clandestino do Bingo Princesa, na cidade de Feira de Santana.
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.

Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Setembro:

Informações sobre tráfico de drogas envolvendo indivíduos africanos para SIP/DINPO/DIP/DPF
Investigação para Aquisição de Arma de Fogo para Com2ºDN.
Rastreamento de Armamentos Periciados da CI/SI/SSP/BA.
Investigação para Credenciamento para Com2ºDN.
Acompanhamento de Pessoal de Interesse para a MB.
Investigações para levantamento sobre policial Federal baleado em assalto (Caso Prata).
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Outubro:

Levantamento de vida pregressa para atender solicitação do NIP/SR/DPF/MG.
Acompanhamento de pessoal de interesse para a MB.
Acompanhamento 1º turno Eleições 2008 para informar a.SIP/DINPO/DIP/DPF.
Levantamentos preliminares Operação GALO CAPOTE para SIP/SR/DPF/SP.
Investigação para aquisição de arma de fogo Com2ºDN.
Acompanhamento 2º turno Eleições 2008 SIP/DINPO/DIP/DPF.
Localização de pessoa para atender NIP/SR/DPF/PE.
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Novembro:

Acompanhamento de pessoal de interesse para MB.
Investigação sobre desmatamento na Av. Paralela salvador-Ba para Cumprimento Ordem Judicial.
Realização de diligências à Subestação de energia da CHESF para avaliação e identificação dos índios que invadiram o local.
Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização
Atender diariamente as solicitações do Superintendente.
Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.
Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.
Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.
Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Dezembro:

Investigação Social

Acompanhamento de pessoal de interesse para MB.

Confirmação de atividade de empresa para atender NIP/SR/DPF/SE.

Levantamento Local para Cumprimento de Ordem Judicial.

Levantamento de pessoas que participaram do CALC.

Investigação para localizar estrangeiro para atender GSI e Serviço de Inteligência de Cuba.

Composição da célula de inteligência do CALC.

Levantamento de dados de estrangeiros para naturalização

Atender diariamente as solicitações do Superintendente.

Atender as Solicitações de apoio do DREX e DRCOR.

Atender as delegacias na localização de pessoas e endereços em casos específicos.

Compor as equipes para nas operações para cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.

Efetuar os levantamentos prévios antes da realização das operações.

Observação: todas as missões foram cumpridas com êxito.

2.7. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS**2.7.1. Superintendência Regional na Bahia**

DESCRIÇÃO	A N O		
	2006	2007	2008
1 – Passagens	279.037,37	203.514,42	431.870,88
2 - Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	1.463.015,38	1.443.213,19	1.692.672,14
3 - Serviços Terceirizados (SOMA: 3.1 À 3.5)	1.737.609,81	1.914.713,04	1.784.281,25
3.1 – Publicidade	5.237,60	5.527,04	13.873,84
3.2 - Vigilância, Limpeza e Conservação	1.069.766,95	1.173.989,36	1.221.570,91
3.3 - Tecnologia da Informação	396.011,25	424.256,06	431.531,78
3.4 - Outras Terceirizações	-	-	-
3.5 - Suprimento de Fundos	266.594,01	310.940,58	117.304,72
4 - Cartão de Crédito Corporativo	-	-	76.967,00
TOTAL	3.479.662,56	3.561.440,65	4.385.791,27

2.7.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

DESCRIÇÃO	A N O		
	2006	2007	2008
1 – Passagens	46.472,58	17.664,75	69.496,01
2 - Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	379.098,42	188.837,30	217.827,67

3 - Serviços Terceirizados (SOMA: 3.1 À 3.5)			
3.1 – Publicidade	7.169,68	14.154,49	6.762,48
3.2 - Vigilância, Limpeza e Conservação	285.661,54	319.663,76	284.059,86
3.3 - Tecnologia da Informação			
3.4 - Outras Terceirizações			
3.5 - Suprimento de Fundos	22.001,99	25.866,19	30.477,98
4 - Cartão de Crédito Corporativo			42.964,01
TOTAL	740.404,41	566,206,49	651.588,01

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1. Superintendência Regional na Bahia

Não se aplica, não houve.

3.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008 R\$
Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	--	--	51.144,81
TOTAL			51.144,81

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1. Superintendência Regional na Bahia

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	82.679,47	737.463,26	793.628,49
TOTAL	82.679,47	737.463,26	793.628,49

4.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

DESCRIÇÃO	ANO		
			2008
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores			122.867,98
TOTAL			122.867,98

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

5.1. Superintendência Regional na Bahia

Não se aplica, não houve.

5.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Não se aplica, não houve.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

6.1. Superintendência Regional na Bahia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

6.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

7.1. Superintendência Regional na Bahia

Não se aplica, não houve.

7.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Não se aplica, não houve.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

8.1. Superintendência Regional na Bahia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

8.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

9.1. Superintendência Regional na Bahia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

10.1. Superintendência Regional na Bahia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

11.1. Superintendência Regional na Bahia

Tabela X - Cartão de Crédito Cooperativo: Série Histórica de Despesas				
Ano	Faturas		Saques	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	19	36.954,81	544,00	464.394,00

Tabela Y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: Não há limite fixo para a UG.	
Natureza dos Gastos Permitidos: Artigos eletrônicos, Drogarias e farmácias, Estacionamento, Hospitais e Clínicas, Hotéis, Materiais de construção, Outros varejos, Pedágios, Posto de combustível, Saques, Serviços, Serviços e autopeças, Supermercados, Outros estabelecimentos.	
Limites concedidos a cada portador: Não há limite fixo para o portador.	
Portador	Limite
Mario Junior	
Marcos Carvalho	
Herton Matos	
Ricardo Lago	
Marcel Nascimento	
Alberto Bandeira	
Alexandre Lucena	
Raimundo Esmeraldo	
Joamar Amaral	
Robson Ferreira	
Valfredo Pereira	
Ulisses Martins	
Ângela Andrade	
João Amorim	
Paulo Matos	
Eva Costa	
Paulo Guimarães	
Wladimir Soares	
Franco Bandierini	
Iracema Alencar	
Renato Junior	

Obs.: Não há limite fixo para o Portador, o limite varia de acordo com o estabelecido na IN 09/2008 - Suprimento de Fundos.

11.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Tabela X - Cartão de Crédito Cooperativo: Série Histórica de Despesas				
Ano	Faturas		Saques	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	1	5.103,43		35.500,00

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

12.1. Superintendência Regional na Bahia

Não se aplica, não houve.

12.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Não se aplica, não houve.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

13.1. Superintendência Regional na Bahia

Não se aplica, não houve.

13.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Não se aplica, não houve.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.

Todas as atividades relativas ao Setor de Recursos Humanos estão centralizadas na Superintendência Regional na Bahia.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	08	00
Desligamento	00	00
Aposentadoria	12	00
Pensão	03	00

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

15.1. Superintendência Regional na Bahia

Não se aplica, não houve.

15.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Não se aplica, não houve.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	421	58.818.693,80	421	65.104.095,27	425	79.736.685,02
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	Não Existe					
Total Pessoal Próprio	421	58.818.693,80	421	65.104.095,27	425	79.736.685,02

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	Não Existe					

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993).	Não Existe					

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	Não existe					
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza/ Copeiragem	30	1.069.766,95	30	1.173.989,36	30	1.221.570,91

Descrição:	2006		2007		2008	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	Não existe					
Pessoal Terceirizado Outras atividades	33	396.011,25	33	424.256,06	33	431.531,78
Estagiários	28	85.808,71	26	69.951,62	22	95.818,18
Total Pessoal Terc + Estag	91	1.551.586,91	89	1.668.197,04	85	1.748.920,87

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	Não Existe					
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	0	12	181.377,75	06	191.883,99
Total Pessoal cedido pela Unidade	0	0	12	181.377,75	06	191.883,99

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	330	
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	95	
Total Geral		(*)R\$ 56.226.434,68

(*) O Setor de Recursos Humanos desta Regional não tem como informar os valores discriminados do pessoal envolvido nas ações finalística e de suporte.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

17.1. Superintendência Regional na Bahia

Relatório dos processos licitatórios realizados e em andamento em/2008 – SR/DPF/BA.

MODALIDADE/Nº	Nº DO PROCESSO	OBJETO	VALOR/R\$
PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2008	08255.000148/2008-20	Fornecimento de alimentação para custodiados da SR/DPF/BA.	57.350,00
PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2008	08255000156/2008-76	Locação de Veículos Pesados	12.130,00
PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2008	08255009474/2008-01	Aquisição de mobiliário para SETEC/SR/DPF/BA	979,98 7.325,00 990,00 9.692,98
PREGÃO ELETRÔNICO Nº04/2008	08255012929/2008-67	TRANSPORTE COMBUSTÍVEL QAV 1	
PREGÃO ELETRÔNICO 05/2008 – NÚMERO NÃO UTILIZADO	NÃO UTILIZADO	TERCEIRIZAÇÃO MOTORISTA	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº06/2008	08255013548/2008-03	Manutenção VEÍCULOS	310.308,55
PREGÃO ELETRÔNICO Nº07/2008	08255009479/2008-25	REFORMA DA DRCOR/SR/DPF/BA.	55.290,00
PREGÃO ELETRÔNICO Nº08/2008 - COM REG. PREÇOS	08255012938/2008-58	AQUISIÇÃO DE 04 VEÍCULOS/SR//BA.	188.120,00
PREGÃO ELETRÔNICO Nº09/2008 – NÚMERO NÃO UTILIZADO	NÃO UTILIZADO	RECEPCIONISTA SR/DPF/BA	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº10/2009 - COM REG. PREÇOS	08255012931/2008-36	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DELEPREV/SR/BA	95.299,00 101.049,00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº11/2008	08255009480/2008-50	SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES-LINKS.	54.999,00
PREGÃO ELETRÔNICO Nº12/2008	08255025011/2008-88	LIMPEZA E ONSERVAÇÃO SR//DPF/BA E DESCENTRALIZADAS	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº13/2008 – COM REG. PREÇOS	08255016468/2008-00	AQUISIÇÃO DE SIRENES E SINALIZADORES	13.500,00 23.700,00
PREGÃO ELETRÔNICO Nº14/2008 – COM REG. PREÇOS	08255.016491/2008-96.	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS RADIOCOMUNICAÇÃO.	239.340,00 76.450,00

17.2. Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA

Relatório estatístico relativo ao ano de 2008

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
1. POLÍCIA JUDICIÁRIA/OPERACIONAL		
1.1 INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS (TOTAL)		
1.2 INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS POR PORTARIA		
1.3 INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS POR FLAGRANTE		
1.4 ESTRANGEIROS INIDICIADOS		
1.5 BRASILEIROS INIDICADOOS		
1.6 ESTRANGEIROS PRESOS PARA REPATRIAÇÃO		
1.7 ESTRANGEIROS PRESOS PARA DEPORTAÇÃO		
1.8 ESTRANGEIROS PRESOS PARA EXTRADIÇÃO		
1.9 ESTRANGEIROS PRESOS PARA EXPULSÃO		
1.10 EMPRESAS TRANSP. INTERNACIONAL AÉREO AUTUADAS		
1.11 EMPRESAS TRANSP. INTERNACIONAL MARÍTIMO AUTUADAS		
1.12 EMPRESAS TRANSP. INTERNACIONAL TERRESTRE AUTUADAS		
1.13 ORDENS DE MISSÃO EXPEDIDAS	20	
1.14 RELATÓRIOS DE MISSÃO APRESENTADOS	20	
2. SECA – MEDIDAS COMPULSÓRIAS / INFRAÇÕES - NOTIFICAÇÕES		ARRECADAÇÃO
2.1 ESTRANGEIROS AUTUADOS	69	
2.2 ESTRANGEIROS NOTIFICADOS A DEIXAR O PAÍS	32	
2.3 NOTIFICAÇÕES CUMPRIDAS		
2.4 MULTAS RECOLHIDAS POR PESSOA FÍSICA – FUNAPOL	53	19.047,91

2.4.1 MULTAS RECONSIDERADAS DE PESSOA FÍSICA		
2.5 MULTAS (EMP. TRANSP. INTERNACIONAL AÉREO) RECOLHIDAS FUNAPOL		
2.5.1 MULTAS RECONSIDERADAS		
2.6 MULTAS (EMP. TRANSP. INTERN. MARÍTIMO) RECOLHIDAS FUNAPOL		
2.6.1 MULTAS RECONSIDERADAS		
2.7 MULTAS (EMP. TRANSP. INTERN. TERRESTRE) RECOLHIDAS FUNAPOL		
2.7.1 MULTAS RECONSIDERADAS		
2.8 OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS AUTUADAS		
2.8.1 MULTAS RECOLHIDAS POR OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – FUNAPOL		
2.8.2 MULTAS RECOLHIDAS POR OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS		
2.9 INQUÉRITOS POLICIAIS DE EXPULSÃO INSTAURADOS		
2.10 INQUÉRITOS POLICIAIS DE EXPULSÃO EM ANDAMENTO		
2.11 INQUÉRITOS POLICIAIS DE EXPULSÃO RELATADOS		
2.12 REPATRIAÇÕES EFETIVAS		
2.13 DEPORTAÇÕES EFETIVAS		
2.14 EXTRADIÇÕES EFETIVAS		
2.15 EXPULSÕES EFETIVAS		
3. SPMAF – SERV. DE POL. MARÍTIMA, AEROPORTUÁRIA E DE FRONTEIRA		
3.1 ENTRADA DE ESTRANGEIROS		
3.2 SAÍDA DE ESTRANGEIROS		
3.3 ENTRADA DE BRASILEIROS		
3.4 SAÍDA DE BRASILEIROS		
3.5 ENTRADA E SAÍDA DE AERONAVES		
3.6 AERONAVES VISTORIADAS		
3.7 EMBARCAÇÕES FISCALIZADAS RECOLHIDO – FUNAPOL	64	34.051,20
3.8 DESEMBARQUE CONDICIONAL		
3.9 IMPEDIMENTO DE EMBARQUE		
3.10 IMPEDIMENTO DE DESEMBARQUE		
3.11 EMP. DE TRANSP. INTERN. AÉREAS CADASTRADAS – FUNAPOL		
3.12 EMP. DE TRANSP. INTERN. MARÍTIMAS CADASTRADAS – FUNAPOL	02	2.128,20
3.13 EMP. DE TRANSP. INTERN. TERRESTRES CADASTRADAS – FUNAPOL		
3.14 TRASLADO DE CADÁVER		
3.15 DOCUMENTO DE VIAGEM BRASILEIRO ARRECADADO		
3.16 ARMA APREENDIDA		
3.17 ARMA ENTREGUE A TRIPULAÇÃO		
3.18 AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM P/MENORES		
4. SER – SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS		
4.1 REGISTRO DE ESTRANGEIRO	127	8.201,66

4.2 RESTABELECIMENTO DE REGISTRO		
4.3 AUTALIZAÇÃO DE ENDEREÇO	23	
4.4 TRANSFORMAÇÃO DE VISTO	05	510,00
4.5 PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE NATURALIZAÇÃO		
4.6 PRORROGAÇÃO DE ESTADA DE TURISTA	223	14.941,00
4.7 PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ESTADA DE TEMPORÁRIO	07	469,00
4.8 1ª VIA CARTEIRA DE ESTRANGEIROS EMITIDAS	127	15.777,21
4.9 2ª VIA DE CARTEIRA DE ESTRANGEIROS EMITIDAS	08	2.440,24
4.10 SUBSTITUIÇÃO DE CARTEIRA	26	3.229,98
4.11 PEDIDO DE IGUALDADE DE DIREITO		
4.12 IMPEDIMENTO DE REGISTRO		
4.13 EXTRAIVIO DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIROS		
4.14 RETIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTO		
4.15 RECADASTRAMENTO EXTEMPORÂNEO		
4.16 PEDIDO DE PERMANÊNCIA	48	4.896,00
4.17 PEDIDO DE NATURALIZAÇÃO		
4.18 SINDICÂNCIA/PERMANÊNCIA	58	
4.19 SINDICÂNCIA/NATURALIZAÇÃO		
4.20 CANCELAMENTO DE REGISTRO POR PERDA DE PERMANÊNCIA		
4.21 CANCELAMENTO DE REGISTRO POR NATURALIZAÇÃO		
4.22 CANCELAMENTO DE REGISTRO POR ÓBITO		
4.23 PROCESSO DE REUNIÃO FAMILIAR	02	204,00
4.24 PEDIDO DE REFÚGIO/ACNUR		
4.25 PEDIDO DE ASÍLIO POLÍTICO		
4.26 RECADASTRAMENTO/1996		
4.27 PEDIDO DE REPUBLICAÇÃO DE DESPACHO	03	549,18

PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS - LEI 8.666/93. 10.520, Decreto 5450, etc.

Foram realizados Processos Licitatórios, após pareceres sugestivos do NAJ/BA, tendo como objeto:

- Pregão Eletrônico 2007/2008 para contratação de serviços de telefonia fixa – **REVOGADO**
- Pregão Eletrônico 004/2008 para contratação de telefonia fixa – **2ª REVOGAÇÃO**
- Pregão Eletrônico 006/2008 para contratação de telefonia fixa
- Pregão Eletrônico 2007/2008 para contratação de manutenção de viaturas - **DESERTO**
- Pregão Eletrônico 001/2008 para contratação de manutenção de viaturas – **SEM FORNECEDORES**
- Pregão Eletrônico 005/2008 para contratação de manutenção de viaturas (**LOTE**)

- Execução de processo de adesão a Ata de Registro de Preços para participação em Pregão Eletrônico nº 017/2008-CPL/SR/DPF/RJ para contratação de serviços de gerenciamento informatizado de viaturas.
- Execução de processo de adesão a Ata de Registro de Preços para participação em Pregão Eletrônico nº 001/2008-CPL/SR/DPF/RJ para contratação de serviços de gerenciamento de combustível.
- Pregão Eletrônico nº 003/2008 para contratação de serviços de vigilância Armada
- Pregão Eletrônico nº 002/2008 para contratação de serviços de limpeza e conservação
- Pregão Eletrônico nº 009/2008 para contratação de serviços para pintura geral e substituição de portas da DPF/ILS/BA.
- Execução de processo de adesão a Ata SRP de diversos Pregões Eletrônicos para compra de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos
- Execução de processo de adesão a Ata SRP do Pregão Eletrônico nº 034/2008 – SR/DF para compra de mobiliário, utilizando cotas da SR/BA.
- Em caráter de excepcionalidade foram executados dois processos de dispensa de licitação para atender por curto período às viaturas da DPF/ILS/BA

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

Nada a acrescentar.